

Despotismo na América



Por **MARK KESSELMAN***

A deriva presidencial culmina no despotismo: Trump integra o que deveria ser separado, transformando o Partido e o Estado em extensões de seu projeto pessoal de poder absoluto

Com a aproximação do dia 4 de julho de 2026 – o 250º aniversário da Declaração de Independência – os Estados Unidos entraram em sua crise política mais grave desde a Guerra Civil. Em pouco mais de um ano desde que Donald J. Trump assumiu o cargo, ele e seus aliados violaram descaradamente e impunemente leis, normas e princípios constitucionais seculares. Como ele conseguiu realizar esse feito sem precedentes tão rapidamente e com tão pouca resistência?

A base teórica do quadro constitucional

A justificativa teórica para a Constituição foi fornecida nos *Federalist Papers*, escritos por membros influentes da Convenção Constitucional que redigiu o texto de 1787. No *Federalist Paper* nº. 51, James Madison identificou o desafio que o novo sistema deveria enfrentar: “O que é o governo, senão um reflexo ampliado da natureza humana? Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário. Se anjos governassem os homens, nenhum controle externo ou interno do governo seria necessário. Quando concebemos um governo a ser administrado por homens para homens, a grande dificuldade reside em primeiro permitir que o governo controle os governados e, em seguida, obrigá-lo a controlar a si mesmo”.

Os principais mecanismos para a criação de um governo eficaz e autorregulado foram inspirados por Montesquieu e John Locke: delegar ao Estado apenas os poderes enumerados na Constituição e criar um sistema de freios e contrapesos institucionais dentro do governo nacional. Isso envolveu a separação parcial das funções essenciais do Estado – a formulação e execução da política governamental e a resolução de disputas/conflitos – e a alocação de cada função em uma instituição distinta.

James Madison argumentou que este desenho institucional impediria o Estado de ultrapassar os seus limites, “concebendo a estrutura interna do governo de tal forma que as suas várias partes constituintes possam, pelas suas relações mútuas, ser os meios de manter umas às outras no seu devido lugar” [\[1\]](#)

Por mais de dois séculos, esse sistema funcionou essencialmente como previsto, produzindo governos (e governantes) que eram: dependentes do povo; escolhidos indiretamente, em vez de por meio de democracia direta; e, graças ao sistema de freios e contrapesos, bem como ao federalismo, dispersavam o poder estatal para evitar o despotismo.

No entanto, Donald Trump demonstrou amplamente que esse sistema não é autorregulado; ele exige líderes políticos que optem voluntariamente por se conformar à letra e ao espírito da Constituição e das leis – ou seja, às normas informais que ditam a moderação – ou que sejam controlados pelos líderes de outras instituições políticas. Como, então, podemos explicar a maneira tão rápida e eficaz com que Donald Trump contornou essas características estruturais para se tornar

um déspota?

O sistema criado na Convenção Constitucional na Filadélfia em 1787 não era estático. Duas mudanças fundamentais ocorreram desde o período da fundação. A primeira foi uma liberalização e democratização parcial da estrutura constitucional profundamente desigual e injusta criada em 1787.^[2] A tensão hipócrita, embora implícita, no cerne da Constituição é simbolizada pelo fato de Thomas Jefferson, autor das comoventes palavras de abertura da Declaração de Independência, “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais...”, ter sido “proprietário” de 600 escravos.

A Constituição protege implicitamente a escravidão, a propriedade privada e a desigualdade de classe e de gênero. Desde a fundação da nação, tem havido uma tendência geral, apesar de retrocessos significativos (incluindo o que estamos vivenciando atualmente), em direção a uma maior liberalização e democratização, por meio da concessão de cidadania e direitos sociais aos desprovidos de propriedade, às mulheres e às minorias raciais.^[3]

Em segundo lugar, o poder deslocou-se gradualmente do Congresso para a presidência. A Constituição estipula que, na esfera interna, o presidente deve fazer o que a palavra “executivo” implica, ou seja, executar as políticas do Congresso. Embora o presidente receba poderes significativos, a maioria deles visa garantir que ele “execute fielmente” as leis aprovadas pelo Congresso.

A deriva presidencial não começou com Donald Trump: ele seguiu os passos de muitos presidentes anteriores, embora tenha ido muito além de seus antecessores ao aumentar seu próprio poder e o do Poder Executivo em detrimento do Congresso.^[4] Ele também abusou desse poder para se entregar a um grau sem precedentes de ilegalidade, destruição e corrupção. Uma combinação de fatores institucionais e a sede ilimitada de poder de Donald Trump lançaram as bases para o que poderia ser razoavelmente descrito como um *golpe* de Estado.

Os cinco fatores

Donald Trump alcançou esse feito ao substituir a *separação e divisão* de poderes consagrada na Constituição pela *integração* de poderes sob seu controle. Quais falhas no sistema político americano lhe permitiram atingir esse objetivo? Cinco fatores explicam esse resultado. Primeiro, durante seu segundo mandato, Donald Trump nomeou bajuladores para seu gabinete e outros altos cargos executivos.

Em contraste, durante seu primeiro mandato, seus subordinados bloquearam suas ordens mais radicais. Segundo, graças ao apoio vigoroso desses subordinados, que dirigem as poderosas agências do Poder Executivo, Donald Trump adquiriu domínio quase total sobre o Executivo e agências e comissões semi-independentes, bem como poder quase total sobre o Congresso, cooperação substancial do Judiciário e influência considerável sobre a sociedade civil.

Terceiro, ele consolidou ainda mais seu controle ao se tornar o líder incontestável de um poderoso partido político, uma instituição cuja existência não estava prevista na Constituição.^[5] Quando o Partido Republicano (*Grand Old Party*) assumiu o controle (com uma pequena maioria) de ambas as casas do Congresso nas eleições de 2024, Donald Trump se libertou das restrições de supervisão e responsabilidade do Congresso. Quarto, como o *Grand Old Party* controla a maioria dos governos estaduais, Donald Trump minou a *separação* de poderes entre o governo nacional e os governos estaduais.

O quinto fator, e talvez o mais importante, é a personalidade de Donald Trump. Ele é, sem dúvida, o presidente mais narcisista, corrupto, grosseiro e imoral da história dos Estados Unidos. Como observou um constitucionalista, “a saúde da experiência americana depende muito mais da integridade de qualquer presidente do que pensávamos”.^[6]

Donald Trump, que não enfrenta restrições, também não sente necessidade de fazer o elogio (hipócrita) que La Rochefoucauld acreditava que o vício devia à virtude. Quando questionado recentemente em uma entrevista se havia algum limite para o seu poder, ele se vangloriou: “Sim, há uma coisa. Minha própria moralidade. Minha própria mente.

a terra é redonda

Essa é a única coisa que pode me deter.”

Inação do Congresso

Até agora, Donald Trump impediu ou sufocou a maioria das tentativas de responsabilizá-lo. Para começar, como descrito acima, ele tornou o Congresso inerte. A bancada republicana permaneceu amplamente unida, frustrando assim a supervisão do Congresso, uma vez que as regras do Congresso concedem pouco poder ao partido minoritário.

Quanto ao judiciário, embora muitos juízes federais e estaduais tenham anulado ou atrasado a implementação das iniciativas de Donald Trump, os juízes nomeados por Donald Trump e outros juízes nomeados por republicanos decidiram esmagadoramente a seu favor. Além disso, a Suprema Corte, o ápice do poder judiciário, é dominada por uma supermaioria de juízes ultrarreacionários nomeados por Donald Trump e outros presidentes republicanos.

Ela deu carta branca a Donald Trump com uma decisão de 2023 que concede aos presidentes imunidade absoluta de responsabilidade criminal por ações relacionadas às suas funções oficiais essenciais. A Corte essencialmente anulou decisões de tribunais inferiores que teriam bloqueado as ações de Donald Trump.[\[7\]](#)

Em parte devido ao controle republicano do Congresso e aos resultados mistos do judiciário em suas tentativas de bloquear Donald Trump, o Partido Democrata está mal preparado para controlar suas ações. Dito isso, os líderes democratas, com poucas exceções, ofereceram apenas uma resistência tímida e ineficaz aos excessos de Donald Trump.

A Constituição deveria ser o baluarte contra a tirania. No entanto, encorajado por seu poder recém-adquirido, Donald Trump explorou as ambiguidades, contradições e silêncios dessa Constituição de dois séculos e meio, raramente emendada, para redefinir arbitrariamente termos legais a fim de justificar suas decisões.

Por exemplo, ele fabricou crises imaginárias e invocou poderes de emergência, alegando falsamente que os Estados Unidos estavam sendo “invadidos” por imigrantes e que estavam em guerra com cartéis de drogas por causa da crise do fentanil. Ele ameaçou invocar a Lei de Insurreição de 1807 para mobilizar tropas federais para reprimir protestos populares. Alegou que a Lei de Emergências Econômicas Internacionais de 1977 lhe dava o poder de regular tarifas, um poder constitucionalmente reservado ao Congresso, exceto em casos de genuína emergência econômica.

Alertou sobre um aumento da criminalidade violenta em cidades controladas por democratas (embora as taxas de criminalidade estivessem, na verdade, diminuindo) para consolidar seu controle sobre as milícias estaduais, apesar da oposição dos governadores. Em muitos casos, ele agiu sem levar em consideração a autoridade legal, como quando violou a exigência do Congresso de consultar antes de demolir e reconstruir a Ala Leste da Casa Branca.

Embora Donald Trump seja o presidente mais impopular em um século, os protestos populares têm sido relativamente limitados, talvez devido ao choque e à confusão causados por suas ações. No entanto, a oposição se intensificou recentemente, à medida que os americanos testemunham e sofrem os danos catastróficos causados por suas ações.

A oposição a Donald Trump certamente se intensificará se o Partido Democrata conquistar o controle de uma ou ambas as casas do Congresso nas eleições de meio de mandato de 2026. Contudo, para terminar com uma nota de cautela, a tentativa de insurreição de 6 de janeiro de 2021 sugere que a determinação de Donald Trump em violar os procedimentos legais que ameaçam sua permanência no poder não deve ser subestimada.

Dada a provável derrota do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato de 2026, as ações de Donald Trump em 6 de janeiro de 2021 podem prenunciar uma tentativa de adiar as eleições de novembro ou de falsificar seus resultados. E desta vez, seus subordinados estão mais propensos do que em 2021 a acatar suas ordens.

***Mark Kesselman** é professor de Ciência Política da Universidade Columbia em Nova York. Autor, entre outros livros, de

a terra é redonda

Introduction to comparative politics: political challenges and changing agendas (*Cengage Learning*).

Tradução: **Artur Scavone**.

Publicado originalmente no portal da [revista telos](#).

Notas

[1] Além disso, a Décima Emenda à Constituição estabeleceu o federalismo ao distribuir o poder entre o governo nacional e os governos estaduais.

[2] Como Madison explicou no *Federalist* nº 10, um dos objetivos importantes dos idealizadores da Constituição era conceber um mecanismo político que impedisse a maior facção da sociedade — os pobres — de se unir para ameaçar os ricos.

[3] No entanto, mesmo as reformas mais significativas não conseguiram reduzir substancialmente a desigualdade socioeconômica e racial.

[4] Veja meus artigos anteriores na revista *Telos* para uma análise dos estágios iniciais do processo. Em particular, o golpe em câmera lenta que analisei em meu artigo de maio de 2021 está prestes a ter sucesso.

[5] Os idealizadores da Constituição se opuseram fortemente à possibilidade da criação de partidos políticos, que eles chamavam de “facções”. De fato, a Constituição foi concebida precisamente para impedir seu surgimento. O alerta clássico encontra-se no Artigo Federalista nº. 10.

[6] David French, “Renee Good não sabia que tinha cruzado uma linha”, *The New York Times*, 21 de janeiro de 2026.

[7] Ao fazer isso, permitiu que o governo de Donal Trump usasse agências executivas para fins pessoais, partidários e corruptos, incluindo a perseguição de oponentes nas esferas política, acadêmica, cultural, científica e econômica. E assim se desfaz a admiração de Alexis de Tocqueville pelo dinamismo e autonomia da sociedade civil americana.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**